

A **CÂMARA MUNICIPAL DE IMBUÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 10.655.408/0001-55, representado pelo seu Vereador Presidente, Sr. Jorge Luiz Sardo **TORNA PÚBLICO** que fará realizar **LICITAÇÃO** na modalidade **INEXIGIBILIDADE**, a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente procedimento é regido pelo art. **74, inciso I**, da **Lei nº 14.133/2021**, que prevê a **inexigibilidade de licitação** quando houver inviabilidade de competição, como no caso de fornecimento exclusivo de serviços essenciais prestados por concessionária pública.

A CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – é a **única concessionária autorizada pela ANEEL** a realizar a distribuição de energia elétrica no município de Imbuí, configurando a inexigibilidade prevista na legislação.

2. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de pessoa jurídica especializada para **FORNECIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PARA A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE IMBUÍ PARA O EXERCÍCIO DE 2026**

3. DOS ITENS

Os itens deverão ser fornecidos conforme abaixo discriminado:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Fornecimento contínuo de energia elétrica para a UC 0048181210	Mensal	12	583,34	7.000,08

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação é **essencial** para garantir o funcionamento das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal. O fornecimento de energia elétrica é serviço indispensável para iluminação, informática, climatização, realização de sessões e funcionamento dos setores internos.

A contratação direta ocorre em razão da **inviabilidade de competição**, uma vez que a CELESC detém exclusividade para a distribuição de energia elétrica em Imbuia, conforme concessão da ANEEL. Assim, aplica-se o art. 74, I, da Lei 14.133/2021.

5. DOS VALORES

O Valor total do estimado para esta contratação será de **R\$ 7.000,08 (Seis mil reais)**.

6. DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA DO CRÉDITO

As despesas desta licitação correrão pelas dotações do orçamento corrente.

7. DA FORMA DE PAGAMENTO

O contratante realizará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da apresentação do documento fiscal/fatura correspondente.

O pagamento será realizado por meio de pagamento de fatura em favor da contratada.

A nota fiscal/fatura será emitida pela contratada após o recebimento definitivo dos bens e em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescida, sempre que possível, das seguintes informações:

- a) indicação do número do contrato;
- b) indicação do objeto do contrato;
- c) destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento, (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver;
- d) conta bancária, conforme indicado pela contratada na nota fiscal.

A nota fiscal/fatura deverá ser emitida com o Imposto de Renda retido na fonte, conforme tabela de retenção constante no Anexo I da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234 de 2012 e suas alterações posteriores. Cabe à contratada o destaque deste imposto no corpo das notas fiscais. As pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, sob pena de, se não o fizerem, sujeitarem-se à retenção do IR e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço. Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à contratante.

Deverão ser apresentados pela contratada com a nota fiscal/fatura, podendo acarretar possível atraso no pagamento na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) apresentação de Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal, inclusive com o Município de Imbuia/SC;
- c) apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

O contratante fará a retenção, com repasse ao Órgão Arrecadador, de qualquer tributo ou contribuição determinada por legislação específica, sendo que a contratante se reserva o direito de efetuar ou não nos casos em que for facultativo.

O contrato será substituído pela Nota de Empenho.

8. PRAZO DE EXECUÇÃO DE VIGÊNCIA

12 meses a contar de 01 de janeiro de 2026

9. DA FORMA DE EXECUÇÃO

O Objeto deverá ser executado de acordo com o estabelecido no termo de referência.

10. DA AUTORIZAÇÃO:

Jorge Luiz Sardo, Vereador Presidente, no exercício de suas atribuições legais, nos termos do Art. 72 da Lei nº 14.133/2021, ratifico a presente Inexigibilidade de Licitação e determino a imediata publicação na imprensa oficial, como condição indispensável para a eficácia destes atos administrativos.

Imbuia, 09 de dezembro de 2025.

Jorge Luiz Sardo
Vereador Presidente

Elétricas de Santa Catarina S.A., concessionária responsável pela distribuição de energia elétrica no município de Imbuia, para o **fornecimento contínuo de energia elétrica** à Unidade Consumidora da Câmara de Vereadores de Imbuia.

Unidade Consumidora (UC): 0048181210

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação é fundamentada no art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que trata da **inexigibilidade de licitação** em razão da inviabilidade de competição. A CELESC é a única concessionária autorizada pela ANEEL a prestar o serviço de distribuição de energia elétrica no município de Imbuia, inexistindo alternativa de fornecedores.

3. JUSTIFICATIVA

3.1 O fornecimento de energia elétrica é essencial para garantir o pleno funcionamento das atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal. A paralisação do serviço comprometeria sessões, atendimento ao público, sistemas internos e todas as atividades essenciais.

3.2 Dada a exclusividade legal da CELESC, a contratação direta é a única opção disponível, sendo juridicamente obrigatória e administrativamente necessária.

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1 O objeto consiste no fornecimento contínuo de energia elétrica ao prédio da Câmara, com:

- Distribuição em conformidade com normas da ANEEL;
- Medição pelo ponto correspondente à **UC 0048181210**;
- Faturamento mensal conforme consumo registrado;
- Manutenção e operação da rede elétrica de responsabilidade da concessionária;
- Garantia de abastecimento contínuo, exceto em casos previstos em regulamento ou manutenção autorizada.

5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 O fornecimento será contínuo e ininterrupto, observadas as condições técnicas da concessionária.

5.2 A CELESC deve seguir as normas da ANEEL quanto à qualidade do serviço.

Eventuais interrupções programadas por manutenção deverão ser comunicadas previamente.

5.3 O consumo será registrado por medidor homologado e auditado pela concessionária.

6. PRAZO DE ENTREGA

6.1 O fornecimento é **contínuo** e inicia-se imediatamente após a contratação, permanecendo ativo enquanto vigente o contrato e vinculada a Unidade Consumidora à CELESC..

7. VALOR DE REFERÊNCIA

7.1 Com base no histórico de gastos da Câmara no exercício de 2025, o valor total pago foi de **R\$ 7.000,08** (sete mil reais).

Este valor servirá como **estimativa anual**, podendo variar conforme tarifas homologadas pela ANEEL e variação de consumo.

8. MODELO DE EXECUÇÃO

8.1 A execução ocorrerá de forma contínua, por meio de:

- Distribuição regular de energia elétrica;
- Medição automática mensal;
- Emissão de fatura mensal à Câmara;
- Pagamento conforme vencimento indicado na fatura

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1 O pagamento será realizado **mensalmente**, mediante apresentação da fatura emitida pela CELESC, dentro do prazo de vencimento, por meio de procedimento financeiro da Câmara.

10. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

10.1 O recebimento será realizado pelo setor responsável, verificando a conformidade com as especificações.

10.2 Em caso de não conformidade, o fornecedor será notificado para substituição imediata dos produtos.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Fornecer energia elétrica de forma contínua e conforme normas técnicas vigentes;
- Emitir faturas discriminadas;
- Manter os equipamentos de medição em condições adequadas;
- Informar previamente sobre manutenções programadas;
- Atender solicitações técnicas dentro do prazo regulamentar

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- efetuar o pagamento das faturas dentro do prazo;
- Comunicar imediatamente irregularidades no fornecimento;
- Permitir acesso à unidade consumidora para fins de manutenção pela CELESC;
- Manter em ordem suas instalações elétricas internas.

13. GESTÃO DO CONTRATO

13.1 O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes.

13.2 A Câmara poderá convocar representante da empresa para providências imediatas.

13.3 A execução será acompanhada pelo fiscal:

Fiscal do contrato: Sr. Laudir Givanildo Schvidan

13.4 Ocorrências poderão ser comunicadas ao gestor:

Gestor do contrato: Sr. Jorge Luiz Sardo

13.5 O fiscal garantirá o cumprimento de todas as condições pactuadas.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A escolha do fornecedor recai obrigatoriamente sobre a **CELESC**, por ser:

- A única concessionária autorizada pela ANEEL para fornecimento de energia elétrica na área;
- A única detentora da infraestrutura local de distribuição;
- Prestadora de serviço em regime de monopólio legal.

Portanto, aplica-se a **inexigibilidade de licitação** (art. 74, I, da Lei 14.133/2021).

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

15.1 O pagamento será efetuado em até 30 dias após apresentação da nota fiscal.

15.2 Será realizado por transferência em conta corrente.

15.3 A contratada deverá emitir nota fiscal conforme exigências legais.

15.4 Documentos obrigatórios com a nota fiscal:

a) Certidão Conjunta Federal

b) Certidão Negativa Estadual e Municipal

c) CRF/FGTS

d) CNDT

15.5 A contratante poderá reter tributos conforme legislação aplicável.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal de 2025.

17. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

17.1 A fiscalização ficará a cargo do servidor Laudir Givanildo Schvidan.

17.2 A fiscalização não reduz a responsabilidade da contratada.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, conforme Lei 14.133/2021.

19. DO FORO

19.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga para dirimir eventuais litígios não solucionados administrativamente.

Imbuia, 09 de dezembro de 2025

Daniel Augusto Schmoller

Auxiliar Administrativo

Câmara Municipal de Vereadores de Imbuia